

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
COORDENAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ADRIANE CAROLINA DE ARAÚJO SILVA CARVALHO

**PERFIL SOCIOECONÔMICO E CULTURAL DOS AGRICULTORES DO
ACAMPAMENTO LAJEIRO, NO MUNICÍPIO DE MESSIAS – AL**

Rio Largo, Alagoas

2018

ADRIANE CAROLINA DE ARAÚJO SILVA CARVALHO

**PERFIL SOCIOECONÔMICO E CULTURAL DOS AGRICULTORES DO
ACAMPAMENTO LAJEIRO, NO MUNICÍPIO DE MESSIAS – AL**

Orientador: Prof. Dr. Jakes Halan de Queiroz Costa

Trabalho de conclusão de curso apresentado
ao Centro de Ciências Agrárias como parte
dos requisitos para obtenção do título de
Engenheiro Agrônomo.

Rio Largo, Alagoas

2018

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Agrárias
Bibliotecário: Erisson Rodrigues de Santana

C331p Carvalho, Adriane Carolina de Araújo Silva

Perfil socioeconômico e cultural dos agricultores do acampamento lajeiro, no município de Messias – AL. Rio Largo-AL – 2018.

39 f.; il; 33 cm

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso - TCC em Agronomia) - Universidade Federal de Alagoas, Centro de Ciências Agrárias. Rio Largo, 2018.

Orientador: Prof. Dr. Jakes Halan de Queiroz
Costa

1. Agricultura. 2. Assentamentos. 3. Acampamentos. I. Título.
CDU: 332.021.8

ADRIANE CAROLINA DE ARAÚJO SILVA CARVALHO

Perfil socioeconômico e cultural dos agricultores do Acampamento Lajeiro, no município de Messias – AL

Trabalho de Conclusão de Curso submetido a banca examinadora do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Alagoas (CECA-UFAL). Data da defesa: 29 de agosto de 2018.

Resultado: Aprovada

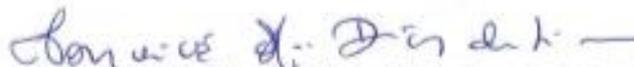


Prof. Dr. Jakes Halan de Queiroz Costa - Universidade Federal de Alagoas
Orientador

Banca Examinadora:



Prof. Dra. Tania Marta Carvalho dos Santos – Universidade Federal de Alagoas
Examinador interno



Prof. Dra. Conceição Maria Dias de Lima - Universidade Estadual de Alagoas
Examinador externo

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus. Ele tem me abençoado e me dado forças para prosseguir.

Aos meus pais Edilson da Silva e Maria Cícera de Araújo Silva, por sempre estarem me apoiando, me incentivando e jamais deixando que as dificuldades me abatessem. Agradeço por permanecerem ao meu lado durante toda essa jornada.

Ao meu filho Davi e ao meu esposo Richard, por todo amor, incentivo, compreensão e paciência.

Aos meus irmãos Antônio e Vitória, pelo amor e pelo companheirismo em todas as etapas da minha vida.

À Universidade Federal de Alagoas, em especial ao corpo docente do Centro de Ciências Agrárias – CECA.

Agradeço ao Prof. Dr. Jakes Halan de Queiroz Costa, por esta orientação, pelo apoio, pela paciência e pela contribuição que teve na minha formação. Agradeço à Banca Examinadora, composta pela Profa. Dra. Tania Marta Carvalho dos Santos e pela Profa. Dra. Conceição Maria Dias de Lima.

Aos meus amigos do curso de Agronomia, pela amizade e companheirismo ao longo desses anos.

Agradeço especialmente aos meus amigos: Camila Alexandre, Karoline de Oliveira, Lincoln Machado, Alexsandro Pacheco, Sávio Gomes, Lucas Alceu, Constantino Cavalcante e Fernanda Morais, pelo apoio, pela colaboração, por todo incentivo e pela amizade durante o curso.

À minha prima e amiga Adrielle Gama, pela grande ajuda durante este trabalho.

Ao colega de curso Bismarke Luiz, por sua colaboração e dedicação para a realização deste trabalho.

De modo geral, agradeço a toda a minha família e aos meus amigos que fazem parte da minha vida.

DEDICO

Aos meus pais, Edilson da Silva e Maria Cícera de Araújo Silva, pelos ensinamentos ao longo da minha vida, por toda dedicação, apoio e incentivo durante minha vida acadêmica.

*Confia no Deus eterno de todo o seu coração
e não se apoie na sua própria inteligência.*

*Lembre-se de Deus em tudo o que fizer, e Ele
lhe mostrará o caminho certo.*

Prov. 3:5-6

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Distribuição dos agricultores do Acampamento Lajeiro, conforme o gênero, em 2017.....	25
Figura 2 - Distribuição da população do acampamento Lajeiro, de acordo com a idade dos acampados, em 2017.....	26
Figura 3 - Composição familiar do acampamento Lajeiro, referente ao número de membros por família, em 2017.....	26
Figura 4 - Distribuição do Acampamento Lajeiro, referente ao nível de escolaridade, em 2017.....	28
Figura 5 - Satisfação dos agricultores do Acampamento Lajeiro com relação ao tamanho dos lotes, em 2017.....	28
Figura 6 - Distribuição de como os agricultores decidiram o que iriam plantar no acampamento Lajeiro.....	30

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Culturas desenvolvidas no Acampamento Lajeiro, Messias – AL, 2017.....	30
---	----

LISTA DE SIGLAS

CNA – Confederação Nacional da Agricultura;

EPI – Equipamento de Proteção Individual

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;

LCP – Liga dos Camponeses Pobres;

MST – Movimento Sem Terra.

RESUMO

O desenvolvimento do estado de Alagoas tem sido marcado, últimas cinco décadas, pela ação da agroindústria canavieira, e, por outro lado, pela produção de alimentos, via pequenos produtores rurais – agricultores familiares ou assentados. Assentados que, durante algum tempo de suas vidas, vivenciaram experiências em importantes instrumentos de conquista pela terra, denominados acampamentos de trabalhadores rurais. No estado de Alagoas a situação dos acampamentos rurais é de pobreza e miséria, revelando o descaso do poder público em relação à agricultura familiar, produção agropecuária e, assistência técnica e extensão rural. Objetivou-se através deste trabalho apresentar as condições de vida e os processos produtivos viabilizados por agricultores familiares no Acampamento Lajeiro, localizado no município de Messias, em Alagoas, em uma área de 160 hectares, local em que cerca de duzentos agricultores estão acampados, desde 2007, produzindo alimentos para sobreviverem, ao tempo em que lutam pela conquista da terra sonhada. O trabalho de campo foi realizado durante os meses de outubro a dezembro de 2017, englobando dados qualitativos e quantitativos obtidos a partir das observações de campo, promovidas durante visitas ao acampamento, aliados aos resultados das entrevistas efetivadas junto a trinta acampados, escolhidos aleatoriamente, fazendo-se uso de roteiro semiestruturado. O universo dos acampados engloba, principalmente, agricultores familiares oriundos de diversos municípios do Estado de Alagoas, de diferentes gêneros, escolaridades e faixas etárias. A maioria com experiência em atividades agrícolas. No acampamento são exploradas pelos acampados culturas agrícolas como macaxeira, maracujá, abacaxi, milho, feijão, banana, dentre outras, cujos produtos são direcionados ao consumo familiar, sendo os excedentes destinados ao mercado. Dentre os problemas vivenciados pelos agricultores acampados no Lajeiro destaca-se as péssimas condições das estradas de acesso, que compromete todo o acampamento: dificulta o acesso a escolas, posto de saúde, hospitais, feiras, supermercados, instituições públicas e privadas; o acesso a fatores de produção, a comercialização da produção, comprometendo a qualidade de vida dos agricultores ali instalados.

Palavras-chave: agricultura, assentamentos, acampamentos.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	13
2.1 AGRICULTURA FAMILIAR.....	13
2.2 ACAMPAMENTOS RURAIS.....	15
3. ACAMPAMENTO LAJEIRO.....	21
4. MATERIAL E MÉTODOS.....	23
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	25
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	34

1. INTRODUÇÃO

A reforma agrária é o conjunto de medidas para promover a melhor distribuição da terra mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção. Reforma Agrária não é mera redistribuição de terras. Trata-se de um processo amplo de mudanças que passa pelo campo político, social, técnico e econômico. Essencialmente visa a transferir a propriedade da terra de minorias latifundiárias para pequenos agricultores e trabalhadores agrícolas, objetivando o alcance de uma igualdade social maior, de melhor distribuição do poder político e de melhorias de ordem econômica (INCRA/2015).

De acordo com Costa et al. (2012) no Brasil dois polos são destacados no processo de desenvolvimento rural: o dos agricultores que desenvolvem a denominada agricultura empresarial, tradicionalmente dirigida para o agronegócio, apoiada pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e o dos que compõem a categoria dos agricultores familiares, incluindo-se os agricultores que exploram lotes em assentamentos de reforma agrária. No estado de Alagoas os focos recaem sobre a agroindústria canavieira e a produção de alimentos via pequenos produtores rurais - agricultores familiares ou assentados.

Os acampamentos de trabalhadores rurais têm sido um importante instrumento de luta pela conquista da terra. Eles fazem parte da estratégia de luta, que, para alguns teóricos, é o que diferencia o MST (Movimento Sem Terra) de outros movimentos sociais do campo (Medeiros, 2003). Na grande maioria das vezes, os acampamentos são construídos na própria área que se pretende transformar em assentamento. Esses acampamentos são considerados cidades de barracos de lona, tendo como referência o material e o tipo de habitação que são utilizados nessa manifestação social. Segundo Figueiredo et al. (2014), cada um deles demanda estratégias de sobrevivência diferentes, mas todos visam explicitar a luta, pressionar governos e mobilizar a opinião pública sobre a questão da terra.

No estado de Alagoas, a situação dos acampamentos rurais é de miséria e pobreza, necessitando de planos de incentivo à produção agropecuária, assistência técnica e educação de qualidade.

Objetivou-se traçar o perfil socioeconômico e cultural dos agricultores do acampamento Lajeiro, localizado no município de Messias, em Alagoas. Desde a produção até a comercialização do que é produzido no acampamento rural em estudo. Deste modo, o estudo é relevante ao identificar e vivenciar as dificuldades enfrentadas pelos agricultores acampados. Contribuindo significativamente com a minha formação de Engenheira Agrônoma, uma vez que possibilitou situações práticas de algumas disciplinas desenvolvidas ao longo do curso.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Agricultura familiar

Agricultura familiar é entendida como o cultivo da terra realizado por pequenos proprietários rurais, tendo como mão-de-obra essencialmente o núcleo familiar, em contraste com a agricultura patronal, que utiliza trabalhadores contratados, fixos ou temporários, em propriedades médias ou grandes (PORTUGAL, 2004).

Observa-se, de fato, que existe uma certa dificuldade, do ponto de vista teórico, em atribuir um valor conceitual à categoria agricultura familiar que se difundiu no Brasil, sobretudo a partir da implantação do Pronaf. As posições a esse respeito variam bastante. Para uns, o conceito agricultura familiar se confunde com a definição operacional adotada pelo Pronaf que propõe uma tipologia de beneficiários em função de sua capacidade de atendimento (WANDERLEY, 2004).

Para outros, agricultura familiar corresponde a uma certa camada de agricultores, capazes de se adaptar às modernas exigências do mercado em oposição aos demais “pequenos produtores” incapazes de assimilar tais modificações. São os chamados agricultores “consolidados” ou os que têm condições, em curto prazo, de se consolidar. Supõe-se que as políticas públicas devem construir as bases para a formação desse segmento. Tal posição é defendida com uma maior elaboração teórica. A ideia central é a de que o agricultor familiar é um ator social da agricultura moderna e, de uma certa forma, ele resulta da própria atuação do Estado (WANDERLEY, 2004).

De acordo com CAPORAL (2007), a agricultura de tipo familiar é responsável pela maior parte da produção de alimentos e pela existência de um particular tecido social rural, capaz de favorecer processos de construção de novas estratégias de desenvolvimento rural sustentável. Esta agricultura familiar justifica a presença de serviços públicos de Ater, dadas as suas necessidades objetivas e a sua importância socioeconômica, com destaque para o seu papel preponderante em estratégias de promoção de agriculturas diversificadas e ecológicas, capazes de contribuir, decisivamente, para a segurança e soberania alimentar da nossa população.

Estima-se que cerca de 70% da comida que chega às mesas das nossas casas é proveniente da agricultura familiar. Essa modalidade de agricultura tem relação direta com a segurança alimentar e nutricional da população brasileira. Além disso, impulsiona economias locais e contribui para o desenvolvimento rural sustentável ao estabelecer uma relação íntima e vínculos duradouros da família com seu ambiente de moradia e produção (EMBRAPA, 2018).

O cenário de desigualdade no meio rural é uma realidade histórica no estado de Alagoas. Um importante indicador que expõe o grau de concentração de terras é o Índice de Gini da estrutura agrária. Quanto mais perto este índice está de 1, maior a concentração. Em 2006, Alagoas apresentou o pior índice dos estados brasileiros, com o valor de 0,871. Analisando a série histórica, percebe-se que este indicador apresentou crescimento, ou seja, uma tendência de maior concentração de terras. Em 1985 o valor foi de 0,858 e em 1995 passou para 0,863 (SEPLAG,2016).

A maioria dos estabelecimentos agropecuários de Alagoas (90%) é formado por unidades da agricultura familiar. Baseada nas pequenas unidades e com mais dificuldades de obter financiamento e assistência técnica que a agricultura não familiar (que têm um tamanho médio de 123 hectares), ela ocupa 32% das terras agrícolas do Estado e produz 24,5% da riqueza do campo. A média de hectares das propriedades da agricultura familiar em Alagoas é de 6,1, a menor média do Nordeste (IBGE, 2012).

O processo de reforma agrária em Alagoas, mesmo tendo atingido 149.519 mil hectares e assentado 16.142 mil famílias, é insuficiente e ainda não foi capaz de modificar significativamente essa realidade no campo (SEPLAG, 2016).

Este tipo de agricultura tem dinâmica e características distintas em comparação à agricultura não familiar. Nela, a gestão da propriedade é compartilhada pela família e a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte geradora de renda. Além disso, o agricultor familiar tem uma relação particular com a terra, seu local de trabalho e moradia. A diversidade produtiva também é uma característica marcante desse setor. A Lei 11.326 de julho de 2006 define as diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e os critérios para identificação desse público (INCRA, 2015).

Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente,

aos seguintes requisitos: 1. Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; 2. Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; 3. Tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; 4. Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (PLANALTO, 2006).

Cerca de 70% dos alimentos consumidos pela população brasileira são produzidos por agricultores familiares. No Brasil, a agricultura familiar é responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo, e na pecuária, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves e 30% dos bovinos. Para salientar a importância dessa força de trabalho, observa-se que 84,4% do total de propriedades rurais do país pertencem a grupos familiares, são aproximadamente 4,4 milhões de unidades produtivas, sendo que a metade delas está na região Nordeste (IBGE, 2010).

Segundo informações do Censo Agropecuário do IBGE de 2006, a agricultura familiar está presente em quase 85% das propriedades rurais do país. Aproximadamente metade desse percentual está concentrado na região nordestina.

A Agricultura Familiar exerce papel fundamental na economia brasileira e em Alagoas representa 72% da mão de obra ocupada no meio rural (EMATER/AL, 2011). A agricultura familiar é constituída por pequenos e médios produtores, sendo estabelecido que eles não detenham área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais. De acordo com o Censo da Agricultura Familiar de 2006, o Nordeste é a região do País que mais possui estabelecimentos da agricultura familiar. Em Alagoas são aproximadamente 115 mil estabelecimentos (IBGE, 2006).

2.2 Acampamentos Rurais

O cenário objeto de estudo compreende um acampamento rural, localizado em área de terras devolutas. De acordo com a Lei de Terras, Lei nº 601, de 18.09.1850, Art. 3º são terras devolutas:

“§ 1º As que não se acharem aplicadas a algum uso público nacional, provincial, ou municipal. § 2º As que não se acharem

no domínio particular por qualquer título legítimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em comisso por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura. § 3º As que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em comisso, forem revalidadas por esta Lei. § 4º As que não se acharem ocupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em título legal, forem legitimadas por esta Lei.”

Sendo assim, as terras devolutas são terras que não integram patrimônio particular, por qualquer título legítimo, e pertencem ao Poder Público (Estado ou União), sem apresentar qualquer uso público ou destinação. Segundo o Censo Agropecuário do IBGE (2016), o município de Messias apresenta 17 mil hectares de terras devolutas.

Em 2006 o Censo Agropecuário do IBGE detectou a presença de 310 milhões de hectares de terras devolutas no Brasil. A região Norte possui mais de 80 milhões de hectares de terras devolutas. A região Nordeste tem mais de 54 milhões de hectares de terras devolutas, sendo que a Bahia tem mais de 22 milhões de hectares e o Piauí mais de 9 milhões de hectares. A região Sudeste por sua vez, tem um total de mais de 16 milhões de hectares de terras devolutas e entre os estados com maior presença está Minas Gerais, com mais de 14 milhões de hectares. A região Sul tem, também, mais de 9 milhões de hectares de terras devolutas e o estado do Rio Grande do Sul tem mais de 6 milhões de hectares destas terras. A região Centro-Oeste concentra por sua vez, cerca de 12 milhões de hectares das terras devolutas e o estado de Mato Grosso sozinho tem mais de 9 milhões de hectares” (OLIVEIRA, 2010, p. 299).

A questão agrária e seu conexo reforma agrária encerram um conceito chave, segundo Delgado (2017), que é o de estrutura agrária, no sentido de regime fundiário, envolvendo os direitos de propriedade, posse e uso da terra, configurando relações sociais relativas a tais. Para o autor, a história econômica e social do País nos dá conta de forte conflituosidade, principalmente contra as populações originárias, cuja ação na direção da organização é colocada na segunda metade do último século, mediante uma ação política concertada de reforma agrária, objetivando a resolução via plano político.

Consoante Delgado (2017) as expressões “questão agrária” e “reforma agrária” são irmãs univitelinas no tempo histórico, porque ambas se geram das estruturas agrárias historicamente configuradas.

A questão agrária, segundo Delgado (2017) reflete uma determinada leitura de problematização da estrutura de propriedade, posse e uso da terra, historicamente identificada, por sujeitos sociais determinados. Já o conceito de reforma agrária contém proposta política de reforma dessa estrutura agrária, originalmente associada à leitura da questão agrária previamente declarada.

Segundo Albuquerque et al. (2004), as contradições no ambiente agrário, entre agricultores com grandes extensões de terras, outros com pouca terra e a maioria sem nenhuma, teve, no início da década de 1960, um escoadouro social com as Ligas Camponesas no Nordeste e os movimentos sociais de luta pela reforma agrária, que foram aniquilados pelo regime militar a partir de 1964, impedindo o desenvolvimento de uma agricultura familiar como atividade econômica especializada, intensiva e permanente.

De acordo com Oliveira et al. (2010), nos últimos quarenta anos o espaço agrário brasileiro sofreu intensas transformações, em particular uma que vem imprimindo modificações substanciais na paisagem que historicamente vinha sendo dominada pelo latifúndio, são a criação dos assentamentos rurais. Essa realidade tem sido vivenciada, sobretudo a partir do final da década de 1980 com a redemocratização do País e o surgimento e\ou fortalecimento de movimentos sociais, em especial o MST. Esses movimentos vêm construindo diversas formas de luta se contrapondo ao modelo latifundiário brasileiro, umas das formas de luta que acabou se consagrando foi através da constituição de acampamentos de trabalhadores rurais sem terra, como uma expressão espacial da luta dos despossuídos do direito de acesso a terra.

Os acampamentos rurais de trabalhadores sem terra na concepção de Lisboa (1988) e Feliciano (2006) representam a modernidade no contexto da luta por terra e por reforma agrária dentro do campesinato brasileiro. Esta estratégia de luta contrapõe-se a tradicionalidade da forma de luta pela permanência na terra, representada pela resistência, utilizada pelos camponeses frente à expropriação pelo capital na década de 1950 e, sobretudo entre 1970 e meados da década de 1980 na fase de apogeu do avanço

do capital sobre a agricultura brasileira. A ocupação seguida da construção de acampamentos ganhou projeção político-jurídica e visibilidade a partir da década de 1990 pelas ações do MST.

O MST tornou-se o mais importante movimento popular brasileiro, destacando-se por sua organização, disciplina e pelas lutas sociais que desenvolve em prol de uma sociedade mais justa e igualitária, que só poderá ser concretizada através da implantação de uma Reforma Agrária feita com a participação dos trabalhadores (MOURA et al., 2009).

Para Natividade (2003), o acampamento produz formas de experiências de si, onde os acampados tornam-se sujeitos de um modo particular. Feliciano (2006), denomina que essas formas de experiências incomodam e interferem na “ordem” estabelecida pela sociedade. Provocando no mais das vezes a rejeição dos acampados pela comunidade que o cerca ou pela população do município onde o acampamento se localiza. Essa localização é estratégica e pode se dá em diversos lugares a depender da área reivindicada ou da possibilidade de dar maior visibilidade ao acampamento. Os acampamentos podem estar localizados dentro ou fora da propriedade reivindicada, na beira de uma rodovia, entre a rodovia e a cerca da fazenda reivindicada.

Segundo Moreira (2006), o acampamento significa uma etapa da luta pela substituição do território baseado na exploração e na subordinação por outro onde a solidariedade, a produção para a garantia da sobrevivência e não para auferir lucro, a autonomia camponesa, a busca de novos paradigmas é o que rege as relações sociais. Situação também observada no acampamento estudado. Sendo assim, os acampamentos rurais são vistos como um estágio do processo de construção de um território de esperança.

Percebe-se que a realidade dos acampamentos é fluída e passageira, um vir a ser ainda em construção, movido por inconstâncias, incertezas e ocupações não regulamentadas. E as pessoas que ocupam esse espaço são tratadas como “seres invisíveis” à sociedade, não tendo garantia do direito à propriedade e reconhecimento social, ou seja, são indivíduos que sofrem diretamente os efeitos da precariedade das políticas públicas (MARTINS, 2003).

A situação de vulnerabilidade e injustiça social vivenciada pelo acampado é retratada pela historiografia brasileira, de modo que descreve as pessoas de menor poder aquisitivo como “[...] homens e mulheres sem rosto, sem identidade e quando deixam esta posição retornam ao novo contexto histórico na condição de sujeito invisível, oculto, sem vez e sem voz e ganham à denominação genérica de excluídos”, popularmente conhecido como sem terra (SANTOS, 2010).

O desenvolvimento do assentamento tem uma finalidade bem definida, que é “atender aos princípios da justiça social e ao aumento da produtividade”. A produtividade social do trabalho deve diferir fundamentalmente daquelas nas propriedades no chamado “agronegócio”, onde os custos considerados são apenas os privados. A produtividade social do trabalho deverá ser maior do que os custos privados de produção, permitir a apropriação da renda e da fertilidade do solo, evitar danos aos recursos, incorporar inovações técnicas adequadas, viabilizar a cooperação entre as famílias assentadas (DELGADO, 2007).

Pode ser assentado do Programa de Reforma Agrária Nacional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), todo trabalhador rural sem terra e aquele que trabalha individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da família, indispensável à própria subsistência. Quando uma área é desapropriada para fins de reforma agrária, o INCRA dá prioridade aos que já estão morando nela, como arrendatários, parceiros, colonos etc. Também serão assentadas outras famílias que estejam cadastradas pelo INCRA, e que atendam aos requisitos legais que ocorrem no cadastramento e seleção (INCRA, 2010).

Consoante Barone e Ferrante (2017), o entendimento é de que reforma agrária seja entendida como uma demanda resultante de distintas formas de luta pela terra viabilizadas por diferentes sujeitos sociais em contextos variados do nosso Brasil.

Cabe registrar que, neste trabalho, tomando emprestado de Barone e Ferrante (2017), utilizaremos “reforma agrária” nos referindo a:

“1) as lutas pela conquista e pela manutenção da terra por parte de distintos grupos sociais marginalizados política e economicamente, 2) o conjunto de políticas públicas geradas em resposta a essas lutas, bem como 3) os possíveis projetos políticos que envolvem e dão sentido às lutas e às ações oficiais.” (BARONE; FERRANTE, 2017. p.24-25).

De acordo com Bezerra (2012) o estado de Alagoas, nas últimas décadas, tem se destacado pelo número significativo de Assentamentos Rurais vinculados ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), entretanto, as políticas agrárias realizadas com o fito de emancipar os agricultores assentados têm alimentando o ciclo da pobreza, ensejando a adoção de ações objetivando a melhoria das condições de vida de tais atores sociais.

Barone e Ferrante (2017) apresentam as seguintes ideias para encaminhamento do processo de ressignificação da reforma agrária no Brasil: a) A garantia do direito ao acesso à terra por parte dos segmentos populares que por ela lutam; b) Desenvolvimento de uma agricultura de base familiar e/ou comunitária diferenciada, agroecológica e com vocação para produção de alimentos “limpos”; c) a disputa por água como definidora, aliando a questão agrária à questão ambiental; d) manutenção da luta social.

Sendo assim, observou-se a realidade enfrentada pelos acampados e a situação de vulnerabilidade dos mesmos, que será explorada no capítulo seguinte.

3. ACAMPAMENTO LAJEIRO

O acampamento Lajeiro existe a 15 anos, porém, a 10 anos os agricultores vem lutando pela legalização da posse das terras através de atos, conseguindo se manter na área até hoje. O acampamento está localizado no Município de Messias, possui uma área de 160 ha de terra e mais de 100 famílias que vivem e produzem nas terras do Lajeiro. Segundo informações da Liga dos Camponeses Pobres do Nordeste (LCP do Nordeste), em 2007, dezenas de famílias de camponeses pobres organizaram-se sob o caminho da Revolução Agrária e decidiram ocupar e colocar aquelas terras para produzir e assim o fizeram. Desde então, com muito trabalho e suor, e se apoiando uns nos outros foram tornando esta área num centro produtor de alimentos. No Lajeiro se produz macaxeira, maracujá, abacaxi, milho, feijão, banana e muitas outras lavouras. Até uma sede de alvenaria e uma ponte foram construídas pelas mãos dos próprios camponeses.

Ainda segundo informações da LCP do Nordeste, a permanência nas terras tem sido possível pela resistência dos camponeses contra a falida usina Utinga Leão, que apesar de não poder comprovar o título dessas terras tem ao seu favor o judiciário. Foi através da resistência, fechamentos de BR e audiências na Vara Agrária, que os camponeses concluíram uma parte do Corte Popular, em 2012, dividindo democraticamente as terras em 114 lotes.

A conclusão da segunda parte do Corte Popular, no mês de abril de 2015, proporcionou um grande entusiasmo no povo do Lajeiro, pois a divisão e repartição da terra de forma independente do Estado impulsionou ainda mais a produção, assim como a organização dos camponeses para a direção da sua comunidade (LCP DO NORDESTE, 2015).

De acordo com o depoimento dos acampados, a área está ocupada pelos mesmos desde 2007, quando famílias sem-terra oriundas da cidade de Messias, União dos Palmares, Murici e Rio Largo ocuparam a área da Fazenda Lajeiro, que veio a se tornar o acampamento Lajeiro. Desde então, essas famílias vem lutando pela legalização de posse das terras, para poder produzir e melhorar sua qualidade de vida através da agricultura familiar. Alguns problemas são enfrentados pelos acampados, desde a

desapropriação das terras, como também o acesso à saúde, à educação, as condições das estradas que dão acesso à área do acampamento e à falta de assistência técnica.

4. MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho trata-se de um estudo descritivo, em que se procurou conhecer a realidade vivenciada pelos agricultores do Acampamento Lajeiro. A pesquisa foi realizada durante o período de outubro à dezembro de 2017, no acampamento Lajeiro, no município de Messias, que está localizado na Zona da Mata Norte do Estado de Alagoas, limitando-se a Norte com o município de Murici e ao Sul com o município de Rio Largo. A área municipal ocupa 114,156 quilômetros quadrados. De acordo com o censo do IBGE em 2010, Messias apresentava uma população de 15.682 habitantes e 17.988 habitantes estimados para o ano de 2017. A economia da cidade gira em torno da agricultura e do comércio local. Segundo dados do IBGE (2015), o PIB per capita de Messias foi de R\$ 8.382,20, enquanto o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal foi de 0,568.

Foram estudadas 30 famílias deste acampamento, no período de outubro à dezembro de 2017, utilizando-se de dados qualitativos e quantitativos obtidos a partir de observações promovidas em visitas ao acampamento. Foram realizadas entrevistas, onde, em um primeiro momento as entrevistas foram semiestruturadas, depois foi seguido um roteiro de perguntas, com o objetivo de definir um diagnóstico dos acampados, além de conhecer o histórico e o perfil dos agricultores acampados.

A princípio, foram coletados dados secundários sobre o acampamento em estudo, como dados do município no IBGE, mapas, jornais, etc. Sendo assim, foi feita uma primeira leitura para uma verificação das informações que deveriam ser coletadas e acrescentadas. Em seguida foram realizadas visitas ao acampamento e um contato maior com alguns acampados, para entrevistas informais e ser traçado um perfil histórico da construção da comunidade. Posteriormente, foram escolhidas aleatoriamente 30 famílias, onde as mesmas foram entrevistadas e responderam a um questionário semiaberto, tendo como base um roteiro de perguntas.

Foram estudados os seguintes aspectos socioeconômicos: escolaridade, composição da renda familiar, disponibilidade de água, iluminação pública, estradas, saúde, educação, produção e comercialização da produção, número de membros em cada família, características da moradia, transporte utilizado na comercialização dos

produtos agropecuários, formas de comercialização, condições das estradas, culturas plantadas, condições de saneamento básico, faixa etária dos acampados e principais problemas enfrentados pelos assentados. Além de aspectos culturais como solidariedade e reciprocidade entre os acampados. Os dados foram tabulados em planilhas do Excel e organizados em tabelas.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O acampamento Lajeiro abriga famílias advindas da cidade de Messias e de outras cidades vizinhas, como Rio Largo e Murici, por exemplo. Foi observado (Figura 1) que maior parte dos acampados entrevistados é do gênero masculino (51%), enquanto que 49% é do gênero feminino. Com relação à cor da pele, quando indagados, 43% da população do acampamento se consideraram pardos, 24% afirmaram ser brancos e 33% se diziam ser negros. Tais resultados se aproximam de resultados obtidos em diversos outros estudos sobre a realidade rural brasileira, em que predomina a figura masculina, evidenciando a existência de uma estrutura patriarcal, principalmente em áreas do setor canavieiro nordestino, em que redundam na não participação das mulheres em vários processos decisórios do cotidiano (COSTA, 2016).

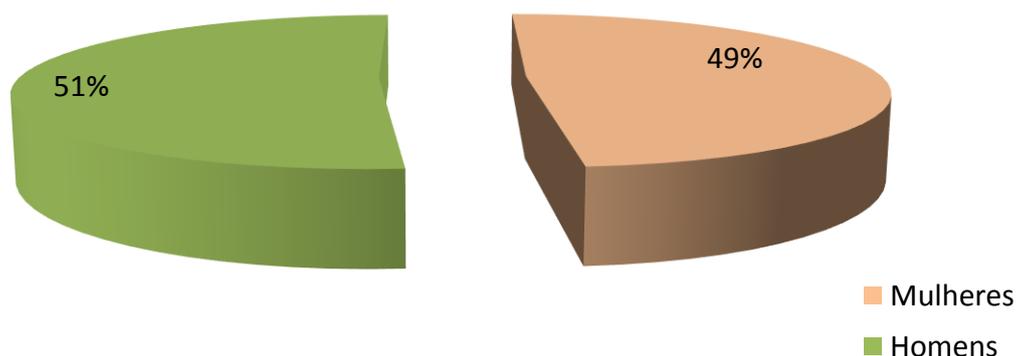


Figura 1 – Distribuição dos agricultores do Acampamento Lajeiro, conforme o gênero, em 2017.

Fonte: Autor

Quanto a distribuição dos acampados com relação as idades (Figura 2), nas famílias consultadas predominam pessoas com idade entre 51 e 60 anos (27%), 15% tem entre 41 e 50 anos, 15% tem entre 31 e 40 anos, 12% tem entre 21 e 30 anos, 23% tem entre 11 e 20 anos, 7% tem entre 0 e 10 anos e apenas 1% tem 60 anos ou mais. Sendo assim, podemos observar que o acampamento possui uma quantidade considerável de pessoas jovens.

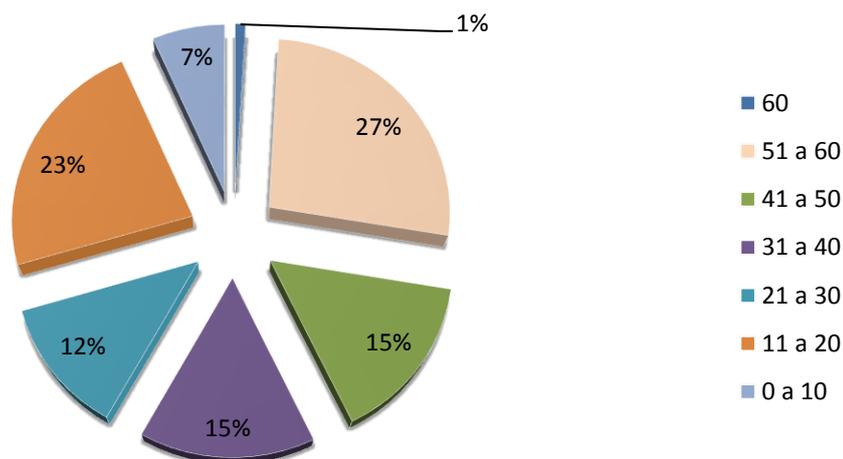


Figura 2 - Distribuição da população do acampamento Lajeiro, de acordo com a idade dos acampados, em 2017.

Fonte: Autor

Com relação à quantidade de membros por família (Figura 3), 17% das famílias possui mais de 6 membros, 23% possuem 5 membros, 20% possui 4 membros, 17% possui 3 membros, 13% possui 2 membros e 10% possui 1 membro. Referente à composição, pode-se observar que todas as famílias entrevistadas compõem sua renda mensal através das vendas do que é produzido, porém, 19% possui trabalho externo e 17% possui algum benefício do governo.

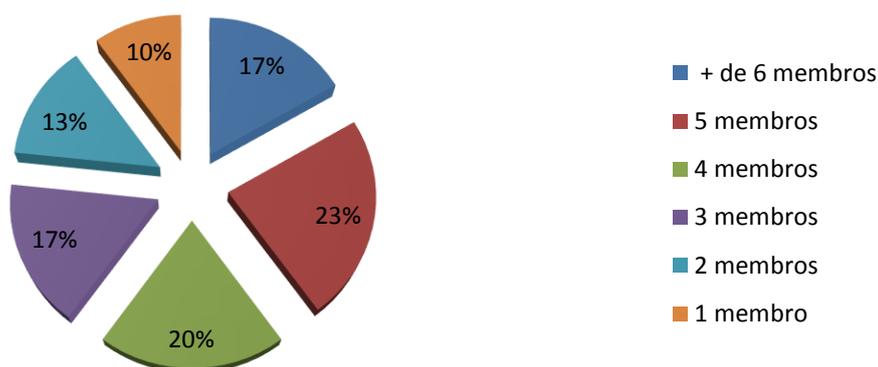


Figura 3 – Composição familiar do acampamento Lajeiro, referente ao número de membros por família, em 2017.

Fonte: Autor

Cabe ressaltar que os dados sobre a composição da renda mensal familiar se aproximam de resultados observados em outras áreas com experiências de reforma agrária em Alagoas. Costa e Fernandes (2012), constataram em seus estudos, cujo trabalho de campo compreendeu três assentamentos (Pacas, em Murici, João Pedro Teixeira, em Flexeiras e Milton Santos, em Atalaia) localizados na zona canavieira do estado de Alagoas, situações em que a complementação de renda, via aposentadoria, se fazia necessária para a reprodução familiar, bem como a participação em programas governamentais, tipo “Bolsa Família”, além, da busca por atividades fora das áreas de assentamentos ou acampamentos, para complementação da renda familiar. Constataram, também, o desenvolvimento de atividade rural não agrícola, via produção artesanal de bijuteria, com matéria prima oriunda do campo. Se constata, pois, que a pluriatividade se faz presente no cotidiano dos acampados e representa uma alternativa de reprodução social e econômica (SCHNEIDER, 2003) e sobrevivência das famílias pesquisadas.

Decorrente à busca por melhores condições de vida, uma grande parte dos acampados precisou interromper os estudos (Figura 4), sendo assim, nota-se que grande parte dos acampados encerrou os estudos no ensino médio (28%), 8% dos entrevistados tem o ensino médio incompleto, 14% tem o ensino fundamental II, 28% fez até o ensino fundamental I e 22% se declarou como analfabeto. Tal quadro, sem dúvida, contribui para a existência de dificuldades no dia a dia de cada um deles, uma vez que a escolaridade tem uma influência na vida das pessoas, comprometendo o seu ser e estar. Costa (2016) aponta que o baixo grau de escolaridade contribuía para limitar a autonomia, o empoderamento e a liberdade de ação de assentados, acampados e familiares, dificultava, limitava ou impedia a regularização dos lotes nos processos de reforma agrária, bem como o acesso às políticas governamentais. A existência de pouco capital cultural na área estudada compromete a liberdade e a dignidade dos acampados e familiares, contribui para reforçar as relações de subordinação e dependência no campo. Relações que se refletem no planos econômico e social, que se expressam na dificuldade de acesso ao crédito, acesso a assistência técnica e extensão rural, na dificuldade de organização e vivências cooperativas, na luta pelos direitos fundamentais a educação, saúde, segurança etc.

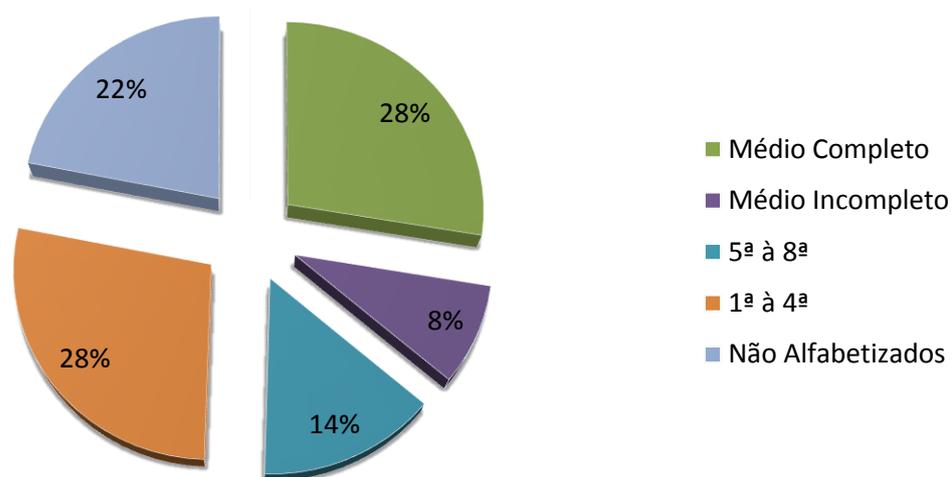


Figura 4 – Distribuição do Acampamento Lajeiro, referente ao nível de escolaridade, em 2017.
Fonte: Autor

Com relação ao tamanho dos lotes (Figura 5), 7% dos entrevistados considera o tamanho do lote ótimo, 56% considera o tamanho do lote bom, 23% declarou que é razoável, 7% afirmou ser ruim e 7% considera péssimo. Para Araújo e Bezerra (2010) a questão agrária central nas experiências de reforma agrária não se resume a falta de terras, a demanda reprimida desse meio de produção, mas ao desdobramento que se sucede das terras conquistadas pelos camponeses, vez que se deparam com a ausência de formação técnica, recursos, incentivos fiscais, insumos agrícolas, técnicas agroecológicas, etc.

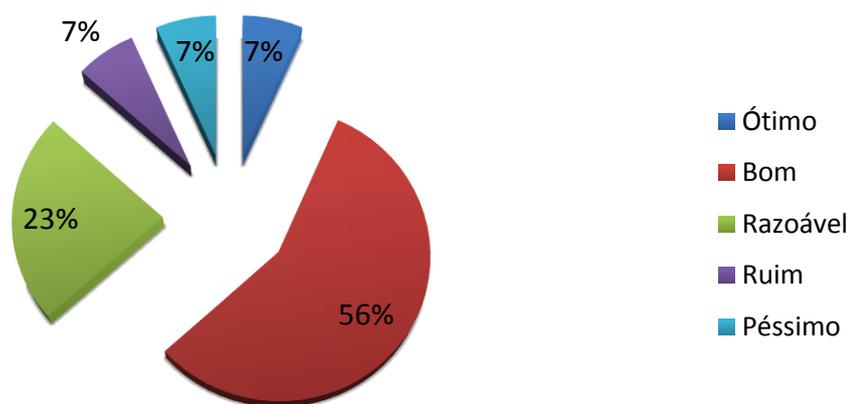


Figura 5 – Satisfação dos agricultores do Acampamento Lajeiro com relação ao tamanho dos lotes, em 2017.
Fonte: Autor

Referente ao acesso à saúde, 40% declararam que é bom, 27% consideraram razoável, 20% afirmaram que o acesso à saúde é ruim e 13% consideraram péssimo. As condições de acesso à saúde, refletem o cenário geral,. Se apresentam, ainda, as condições citadas por Scopinho (2010), quando aponta que a saúde, como direito social, era ainda um ideal e não havia práticas coletivas que avançassem em tal direção. Conforme Sá (2010) a posse da terra, dada à precariedade de infraestrutura dos assentamentos, a carência de assistência técnica e apoio financeiro, a ausência de ações efetivas na área social (saúde, educação e lazer) tem comprometido a qualidade de vida dos atores sociais envolvidos. Por sua vez, Santos (2005), já colocava que a prática representava forma de inclusão perversa e precária por meio do assentamento rural, onde faltam espaços de convivência, partilha e afeto além das condições de infraestrutura.

As habitações do Acampamento Lajeiro são, em sua maioria, feitas de taipa e cobertas de lona, com piso de barro e apresentam fossas simples. Grande fração dos acampados queima o lixo (63%), 20% joga a céu aberto e 17% enterra o lixo. De acordo com as famílias entrevistadas, os mesmos não possuem energia elétrica. Com relação à disponibilidade de água, 90% dos entrevistados considera à água suficiente e apenas 10% alegou que a água disponível não é suficiente para sobreviver e produzir. Infelizmente, tal situação é recorrente no cenário de luta pela reforma agrária, inclusive confirmados no resultados da pesquisa realizada pelo MDA (2010) em relação a região Nordeste.

Constatou-se que 100% dos acampados entrevistados afirmaram que as condições das estradas são péssimas, o que atrapalha o deslocamento e influencia na comercialização do que é produzido. Além disso, dificulta o acesso à postos de saúde, supermercados e escolas, por exemplo. Tais resultados caminham juntos com os obtidos por Costa e Fernandes (2012), Sá (2010), Araújo e Bezerra (2010) e Costa (2016) em nível local.

Com relação ao que é produzido no Acampamento Lajeiro, de modo geral os agricultores desenvolvem a produção de algumas culturas (Tabela 1). Além disso, alguns agricultores entrevistados possuem criação de alguns animais, como por exemplo: aves (33,33%), caprinos (10%) e bovinos (6,66%).

Tabela 1 – Culturas desenvolvidas no Acampamento Lajeiro, Messias – AL, 2017.

CULTURAS	% DE PRODUTORES
MACAXEIRA	100
BANANA	66,66
CAJU	10
BATATA-DOCE	83,33
AMENDOIM	20
LARANJA	43,33
ABACAXI	86,66
INHAME	86,66
FEIJÃO-VERDE	66,66
MILHO	33,33
MAMÃO	23,33
LIMÃO	30
MELANCIA	36,66
CANA CAIANA	6,66

De acordo com a pesquisa de campo, 40% dos agricultores decidiram o que iriam plantar conforme o que renderia mais dinheiro, 60% decidiram por tradição da família. Pode-se observar que os acampados não possuem nenhum tipo de assistência técnica. Segundo relato dos mesmos, eles trocam experiências entre si e ajudam uns aos outros.

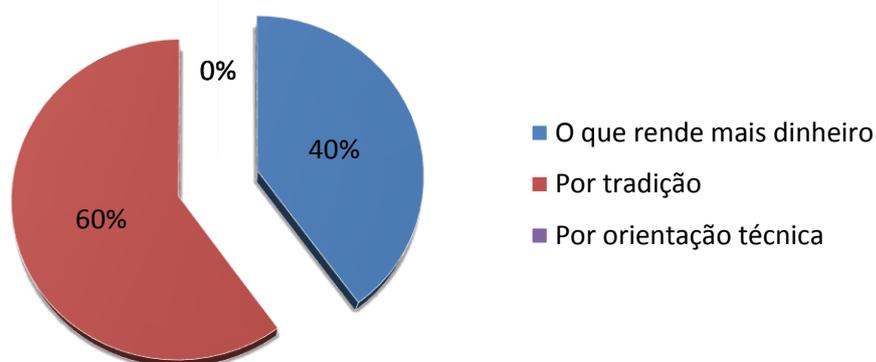


Figura 6 - Distribuição de como os agricultores decidiram o que iriam produzir no acampamento Lajeiro.

Fonte: Autor

Segundo Costa (2016), as condições existentes em áreas de reforma agrária comprometem os processos de produção dos assentados, bem como a qualidade de vida deles. Destaca como pontos críticos a disponibilidade e abastecimento de água para

consumo humano, o acesso às unidades produtivas considerando-se a manutenção das estradas, dificuldades em relação aos processos de comercialização da produção, serviço de assistência técnica descontinuado, dentre outros, fragilizando assentados e acampados perante os agentes de mercado.

Sem dúvida, as observações de campo dão conta de que o exercício de solidariedade é frequente em situações de dificuldade, em relação a realização de atividades agrícolas como em situações de doença, de falta de recursos para algumas atividades, na guarda de filhos em ausências dos pais em emergências. Ocasões em que familiares, amigos e vizinhos se mobilizam, se unem e ajudam, observando-se, assim, práticas de reciprocidade previstas por Sabourin (2011, 2008).

Tais experiências se apresentam como forma de tentar resolver problemas que refletem o baixo capital social disponível na área rural (SACCHET, 2009) e a dificuldade de efetivar ligações com instituições formais da esfera pública que poderiam contribuir para a adoção de soluções para os problemas enfrentados pelos acampados. Conforme, se constata, há uma dificuldade no desenvolvimento de papéis enquanto protagonistas individuais e sobre participação e uso de ferramentas coletivas (formais ou informais) que possibilitem o equacionamento e/ou solução dos problemas junto às instituições públicas (COSTA; FERNANDES, 2012).

No total dos entrevistados, nenhum utiliza máquinas agrícolas para trabalhar. Com relação aos EPIs (Equipamento de Proteção Individual), os entrevistados utilizam apenas bota de borracha para proteger os pés. Segundo relato dos agricultores, 13% apresenta algum tipo de resistência para adotar novas técnicas de produção, enquanto que 87% não apresenta nenhum tipo de resistência.

Referente à produção do acampamento Lajeiro, boa parte do que é produzido, equivalente a 75%, é destinado à comercialização na feira livre da cidade de Messias e a outra parte, aproximadamente 25%, para o autoconsumo. Com relação às perdas, os acampados relataram que sofreram grande perda na produção de algumas culturas por conta das fortes chuvas de 2017. Segundo os agricultores, a macaxeira foi a cultura mais afetada, por causa do encharcamento do solo, o que favorece o apodrecimento das raízes.

Quando as perdas são decorrentes de sobras, ou seja, nem tudo que é produzido é comercializado, os acampados levam de volta ao acampamento. O que estiver em boas condições serve para autoconsumo e doações, enquanto que o restante é utilizado para alimentar os animais.

No Acampamento Lajeiro não há beneficiamento ou armazenamento da produção, sendo assim, tudo o que é produzido é comercializado após a colheita.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode ser observado que os agricultores rurais do acampamento Lajeiro, devido às péssimas condições de estradas, encontram problemas no acesso a escolas, hospitais, feiras e supermercados, além de dificultar a comercialização do que é produzido por eles.

A falta de assistência técnica faz com que os acampados não consigam ter uma produção satisfatória, fazendo assim com que os mesmos não invistam ou tentem melhorar sua produção. A falta de etapas de produção como o beneficiamento e armazenamento da produção ocasiona perdas significativas.

Sendo assim, os agricultores devem tirar da terra seu sustento e fazer gerar sua rentabilidade, buscando sempre inovação tecnológica, como preparo do solo, técnicas de controle de pragas e doenças, e técnicas de beneficiamento, por exemplo. Para poder oferecer ao consumidor produtos de melhor qualidade e alcançar a competitividade no mercado com agricultores de outras regiões, numa condição bastante inadequada e desprovidos de capitais fundamentais para tal.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, F. J. B., Lobo, A. L., & RAYMUNDO, J. S. **Análise das repercussões psicossociais decorrentes da concessão de benefícios rurais.** *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 12(2), 503-519, 1999.

ARAÚJO, Guthierre Ferreira; BEZERRA, Ciro. As potencialidades socioeducativas dos assentamentos da reforma agrária. Ponencia apresentada al **VIII Congreso Latinoamericano de Sociología Rural**, Porto de Galinhas, 2010.

ARAÚJO, G. F. & CONCEIÇÃO, A. L. **Desenvolvimento Territorial no Norte do Estado de Alagoas – Das Usinas aos Assentamentos da Reforma Agrária – Sergipe**, 2013.

BARONE, Luís Antônio; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Reforma agrária no Brasil do século XXI: bloqueios e Ressignificações.** In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Orgs.). *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro.* Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

CAPORAL, Francisco Roberto (Coord.). **Extensão Rural e Agroecologia: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível / coordenado por Francisco Roberto Caporal.** – Brasília: MDA, 2007. 398 p.: il.

COSTA, J. H. Q. **Processos de cooperação em assentamentos rurais do Litoral Norte do estado de Alagoas.** Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas. UFPEL, Pelotas, 2016. 286f.: il.

COSTA, J. H. Q. & FERNANDES, L. A. O. **Assentamentos Rurais vinculados ao INCRA, em Alagoas, em 2012.** UFPEL, PELOTAS - RS – Brasil.

DELGADO, G. C. Uma proposta para o desenvolvimento dos assentamentos. In: **Reforma Agrária**. São Paulo: ABRA, Vol. 32, n. 2, p. 57-62 jul/dez 2007.

DELGADO, Guilherme Costa. **Questão agrária hoje**. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Orgs.). Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 14-23.

EMATER/AL. **Agricultura Familiar**, 2011. Disponível em: <http://www.emater.al.gov.br>. Acesso em: 14/ago/2018.

EMBRAPA. **Agricultura familiar, desafios e oportunidades rumo à inovação**, 2018. Disponível em: <https://www.embrapa.br>. Acesso em: 14/ago/2018.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Movimento Camponês Rebelde a reforma agrária no Brasil**. 1 ed. editora contexto São Paulo, 2006, 205p.

FIGUEIREDO, G. C. & PINTO, J. M. R. **Acampamento e assentamento: participação, experiência e vivência em dois momentos de luta pela terra – São Paulo**, 2014.

GOVERNO DE ALAGOAS. SEPLAG. **Estudo sobre a Agricultura Familiar em Alagoas – Maceió**, 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 22.jan.2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 22.jan.2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 17.set.2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2016. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 22.jan.2018.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Reforma Agrária**, 2015. Disponível em : <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em: 10.nov.2017.

MARTINS, J. S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. 2ª ed. São Paulo: Paulus, 2003.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Reforma Agrária: Pesquisa Sobre a Qualidade de Vida, Produção e Renda dos Assentamentos da Reforma Agrária. Apresentação dos Primeiros Resultados**. Brasília, dezembro de 2010. Disponível em: <<http://pqra.incra.gov.br/>>. Acesso em: 30 maio 2012.

MEDEIROS, L. S. **Reforma Agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

MOREIRA, Emilia. **Territórios de esperança**. João Pessoa: Projeto de Pesquisa. CNPq, 2006.

MOURA, A. M. P. **A Atuação do MST em Alagoas: o Caso do Assentamento Cabeceira de Pacavira no Município de Quebrangulo – AL – São Paulo**, 2009.

NATIVIDADE, A. C. da “**Itinerância e formação socioespacial: as dimensões formativa e estética da experiência na pesquisa educacional**”. REGO, N., AIGNER, C., PIRES, C. e LINDAU, H. (Org.) Um pouco do mundo cabe nas mãos. Geografizando em educação o local e o global. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p. 189-228.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A questão agrária no Brasil: não reforma e contrarreforma agrária no governo Lula**. In: Vv.Aa. **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, p. 287-328, 2010.

PLANALTO, Lei de Nº 601, de 18 de setembro de 1850. Brasília, DF, 18 de setembro de 1850. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 05.out.2017.

PLANALTO, Lei de Nº 11.326, de julho de 2006. Brasília, DF, 30 de novembro de 2006. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 05.out.2017.

PORTUGAL, Alberto Duque. **O Desafio da Agricultura Familiar**. In: Embrapa, artigos, 07/12/2004.

RESISTÊNCIA CAMPONESA. Jornal de Luta Combativa dos Camponeses Pobres, 2015. Disponível em: < resistenciacamponesa.com>. Acesso em : 12.dez.2017.

SÁ, Maria Reneude de. Diagnóstico sociocultural de camponeses egressos de um projeto de alfabetização do programa nacional de educação na reforma agrária em Alagoas - BR. **Cad. CERU**, 2010, vol.21, n.1, pp. 181-202. ISSN 1413-4519.

SABOURIN, Eric. Teoria da reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento. **Sociologias**, Ago. 2011, vol.13, no.27, p.24-51. ISSN 1517-4522.

SABOURIN, Eric. Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Fev. 2008, vol.23, n.66, p.131-138. ISSN 0102-6909.

SACCHET, Teresa. Capital social, gênero e representação política no Brasil. **Opin. Publica** [online]. 2009, vol.15, n.2, pp. 306-332. ISSN 0104-6276.

SANTOS, Maria Augusta Costa dos. **Tornando-se um assentado do MST: uma análise psicossocial das idas e vindas do homem do campo**. São Paulo: PUC/SP, 2005. (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Estudo Pós-Graduados (Mestrado) em Psicologia Social, 2005).

SANTOS, N. D. dos. **“O passado presente na questão Agrária Brasileira.”**. In: ARAÚJO, Hélio Mario de; SANTOS, Núbia Dias dos (orgs.) *Temas de Geografia Contemporânea Teoria, Método e Aplicações*. São Cristóvão/SE. Editora UFS, Fundação Oviêdo Teixeira, 2010.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 18, n. 51, p.99-12, 2003.

SCOPINHO. Rosemeire Aparecida. Condições de vida e saúde do trabalhador em assentamento rural. **Ciência & Saúde Coletiva**, 15(Supl. 1):1575-1584, 2010.

SEAD. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário. **O que é Agricultura Familiar**, 2016. Disponível em: < <http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 10.nov.2017.

SILVA, H. P. **Acampamentos Rurais: Territórios e Territorialidades** – Boa Vista, 2016.

WANDERLEY, M. N. B. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade** – Rio de Janeiro, 2003.